

Espécies alimentícias manejadas por caiçaras do Sertão do Ubatumirim (São Paulo), Sudeste do Brasil

*Food species managed by caiçaras of the Sertão do Ubatumirim,
São Paulo, Southeast Brazil*

Gabriela Silva Santa Rosa Macedo¹
Lin Chau Ming¹

RESUMO

A ocupação do território por décadas reforça o peso histórico das reivindicações pelo uso dos recursos naturais e permanência territorial, o que revela a força da persistência cultural de populações locais. Procurou-se verificar como o sistema de manejo de espécies hortícolas alimentares interage dentro do universo de vida da população caiçara tendo em vista o cenário de conflito entre essa população e as Unidades de Conservação da localidade. Foram obtidos dados em campo por meio da observação participante e de questionários e entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Concluiu-se que o sistema de conhecimentos, de crenças e de sentimentos dos agricultores caiçaras influencia o manejo das espécies alimentares e das paisagens, afetando diretamente a conservação de espécies de plantas e paisagens por essa população, ainda que haja pressão para substituições de técnicas e impedimentos legais.

Palavras-chave: Bases conexas. Caiçaras. Etnoecologia. Manejo hortícolas.

ABSTRACT

The decade-long territorial occupation reinforces the historical claims for the access to natural resources and permanence, showing the strength of the cultural persistence of local populations. Here, we evaluated how the conflict between

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Departamento de Horticultura, Programa de Pós-Graduação em Horticultura. Chácara Recreio Vista Alegre, 18610-307, Botucatu, SP, Brasil. E-mail: <gabriela_santarosa@yahoo.com.br>.

Artigo elaborado a partir da dissertação de G.S.S.R. MACEDO, intitulada “Espécies hortícolas alimentares da população caiçara do Sertão de Ubatumirim, Litoral Norte de São Paulo: manejo e paisagem”. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

the management system of vegetables used by the caiçara native people affect the Protected Areas near their villages. We collected field data by means of participant observation, questionnaires, and structured and semi-structured interviews. The knowledge system, beliefs, and feelings directly influence how the caiçara manage plant food resources and landscapes. It affects the conservation of plant species and landscapes done by that population, although there is pressure for changing techniques and legal impediments.

Keywords: *Connective bases. Caiçaras. Ethnoecology. Edible plant management.*

INTRODUÇÃO

Populações humanas com diferentes tendências tecnológicas influenciam direta ou indiretamente o ambiente natural e realizam atividades que resultam no padrão ambiental observado atualmente (Zimmerer, 2007). O fracasso da civilização industrial em tentativas de administrar o manejo dos recursos naturais provocou uma crise ecológica da modernidade que veio acompanhada de desafios e demandas, como a necessidade de avaliação da eficiência e sustentabilidade de sistemas produtivos (Toledo & Barrera-Bassols, 2010; Costa, 2011).

A apropriação dos ecossistemas por populações tradicionais mediante interações e técnicas promoveu o surgimento de um novo enfoque nos estudos de arranjos e avaliações de sustentabilidade baseado na premissa de que os conhecimentos tradicionais mantêm essas populações e permitem sua própria continuação ao longo do tempo (Toledo & Barrera-Bassols, 2010). Esse novo campo de estudo foi chamado de Etnoecologia (Conklin, 1954).

Apesar de não existir uma definição específica para o termo conhecimento ecológico tradicional, ou *Traditional Ecological Knowledge* (TEK) (Berkes, 1999; Heckler, 2009), sabe-se que as práticas oriundas desses sistemas de conhecimento são tão antigas quanto as culturas humanas (Costa, 2011) e são dinâmicas por serem constantemente redefinidas pelas próprias populações (Berkes & Folke, 1998), por isso são altamente adaptativas.

No entanto, para os saberes locais serem compreendidos, precisam ser analisados rela-

cionando-se atividades práticas dos indivíduos ao sistema de crença do grupo cultural (Berkes, 1999). Assim, segundo Toledo & Barrera-Bassols (2010), para fugir da compreensão descontextualizada, é necessário que as investigações etnoecológicas não separem o objeto-sujeito do estudo de suas relações com o todo (*holon*) no qual está inserido.

Assim, ao se analisarem as interações entre os agricultores caiçaras do Sertão do Ubatumirim e os demais elementos envolvidos na prática de manejo de espécies de plantas e da paisagem, é imprescindível destacar que esse grupo social habita uma região de Mata Atlântica, área considerada como um *hotspot*, ou seja, uma área de biota única com alto grau de endemismo, porém em eminente perigo de extinção devido à destruição de seus habitats (Myers *et al.*, 2000).

Levando em consideração as adequações impostas pelo sistema econômico, os caiçaras de Ubatuba - assim como as populações locais de todo Brasil - apresentaram um dinâmico processo de construção de identidade. Esse dinamismo é marcado, principalmente, pela resistência em se manterem em seu território.

Nos anos de 1970, a criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) inicia os conflitos entre os parques e as comunidades cujos territórios foram incluídos dentro dos limites dessas Unidades de Conservação. Uma das mais atingidas foi a comunidade caiçara do Ubatumirim, já que grande parte de suas roças e bananais está dentro das áreas demarcadas para os parques. Anos após a criação dos parques, os conflitos ainda perduram e um avanço nos diálogos entre os lados (Estado e

comunidades locais) ocorreu: a construção e a implementação do plano de manejo do PESH, no qual houve alguma participação das comunidades locais. Neste, foi demarcada a Zona Histórico Cultural Antropológica (ZHCA²), que abrange áreas do Sertão do Ubatumirim, Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Cambury. Com isso, ocorreram o reconhecimento e a garantia do território das populações locais, porém ainda com limitações ao uso dos recursos naturais.

Pretende-se que o presente trabalho sirva como ferramenta para o estudo da cultura dos agricultores caiçaras do Sertão do Ubatumirim e para a compreensão das interações entre ser humano e natureza. Marques (2001) amplia a compreensão de Toledo (2002)³ sobre a Etnoecologia e a coloca como uma forma de fazer pesquisa científica transdisciplinar por meio do estudo dos pensamentos, dos sentimentos e dos comportamentos que possibilitam as interações entre populações humanas e os demais elementos dos ecossistemas bem como os impactos ambientais decorrentes dessas interações, sendo, portanto, aplicável a qualquer ecossistema e contexto sociocultural. Esse enfoque nas investigações pode revelar o modo de apropriação da natureza por esses grupos humanos e é importante para avaliação de sistemas potencialmente sustentáveis, capazes de se manter e de conservar a biodiversidade no longo prazo.

Dessa forma, esse trabalho propôs integrar aspectos culturais e práticos para explorar conexões entre o repertório de símbolos, conceitos e percepções (Souto & Marques, 2006) que rodeia o manejo de espécies hortícolas alimentares e insere ainda o elemento *pathos* (emoções) como instrumento para ampliar a compreensão de comportamentos derivados de causas socioecológicas emergentes ou embrionárias, mesmo que estas não tenham raízes históricas (Costa, 2011).

MATERIAL E MÉTODOS

Local de estudo e a população caiçara do Sertão do Ubatumirim

O Parque Nacional da Serra da Bocaina foi criado em data anterior ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESH), pelo Decreto nº 70.694, de 8 de junho de 1972, com área de 104 mil (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014). A criação de Unidades de Conservação que seguiram ao PNSB tinha como objetivo a preservação da floresta ameaçada pela especulação imobiliária crescente na região, facilitada pela construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 1970 (Silva, 2005). O PESH, criado pelo Decreto Estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, e administrado pelo Instituto Florestal, ocupa pequenas porções do planalto atlântico e planície costeira adjacentes, apresentando continuidade com as florestas remanescentes do litoral e do planalto fora de seus limites. Dentro dele, encontram-se todos os tipos de vegetação existentes na região costeira: floresta ombrófila densa, restinga, campo de altitude, manguezal e várzea (Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 2006).

Em alguns pontos, as áreas das Unidades de Conservação PESH e PNSB se sobrepõem. Isso ocasiona conflitos ligados, principalmente, ao entendimento divergente de cada uma em permitir ou não a presença de populações tradicionais com suas atividades agrícolas e/ou extrativistas dentro dos limites de cada parque. Somente o PESH, em seu plano de manejo, delimita pequenas porções de área em que é permitida a presença dos agricultores caiçaras com manutenção restrita dessas atividades e sujeitas à aprovação legal por órgãos ambientais.

² O objetivo geral da ZHCA é a proteção do patrimônio cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar dos povos tradicionais) da unidade, visando a seu estudo, interpretação e valorização para garantir sua preservação, conservação e desenvolvimento. Essa zona visa proporcionar tanto às comunidades locais quanto ao público visitante a visão da importância da Serra do Mar e da Mata Atlântica como berço e abrigo de povos pré-colombianos, e, posteriormente, nos processos de interiorização da colonização europeia. Visa também valorizar a diversidade social e sua relação intrínseca com a conservação da biodiversidade (Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 2006).

³ O autor propõe um enfoque holístico e multidisciplinar por meio do estudo do complexo integrado pelo sistema de crenças (*kosmos*), conjunto de conhecimentos (*corpus*) e de práticas produtivas (*praxis*) (complexo k-c-p), o que torna possível compreender as relações entre a interpretação e o uso/manejo da natureza e seus processos.

Essas áreas são chamadas de Zona Histórico Cultural Antropológica (ZHCan) (Figura 1).

Para este estudo, determinaram-se os seguintes critérios para a escolha da comunidade a ser sujeito do estudo: longo tempo de residência na região, manejo de grande número de espécies alimentares, histórico de conflito e resistência diante das restrições impostas pela Unidade de Conservação, mantendo-se, assim, os cultivos de roças e de bananais.

A comunidade de agricultores caiçaras do Sertão do Ubatumirim, já investigada por outros autores (Sambatti *et al.*, 2001; Empeaire & Peroni, 2007), tem um histórico de manejo agroflorestal que beneficia a produção de bananas. Os moradores mais antigos apresentam documentos - como certidões de nascimento -, que comprovam mais de 100 anos de ocupação da área. Suas áreas mais antigas de bananal tradicional estavam ao longo da chamada Trilha do Corisco ou Linha do Telégrafo, estrada de trilha antiga que ligava essa região de Ubatuba ao

município de Paraty, para onde as bananas eram levadas em lombo de animal ou carregadas nas costas dos agricultores para serem vendidas na cidade. A comunidade é famosa na região por ter sido uma das poucas que resistiram às restrições de práticas agrícolas da legislação que rege Unidades de Conservação após a criação do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Este trabalho procurou abordar algumas das conexões básicas que os entrevistados mantinham com o sistema e dar enfoque às interações: ser humano-ser humano; ser humano-animal; ser humano-sobrenatural; e *Pathos*. Foram colhidos dados empíricos em campo por meio de observação participante junto à comunidade em temporadas de convívio e empregou-se como ferramenta o método etnográfico, que consiste na compreensão e interpretação de sistemas simbólicos, como descritos por Bernard (2006). A finalidade dessa etapa foi

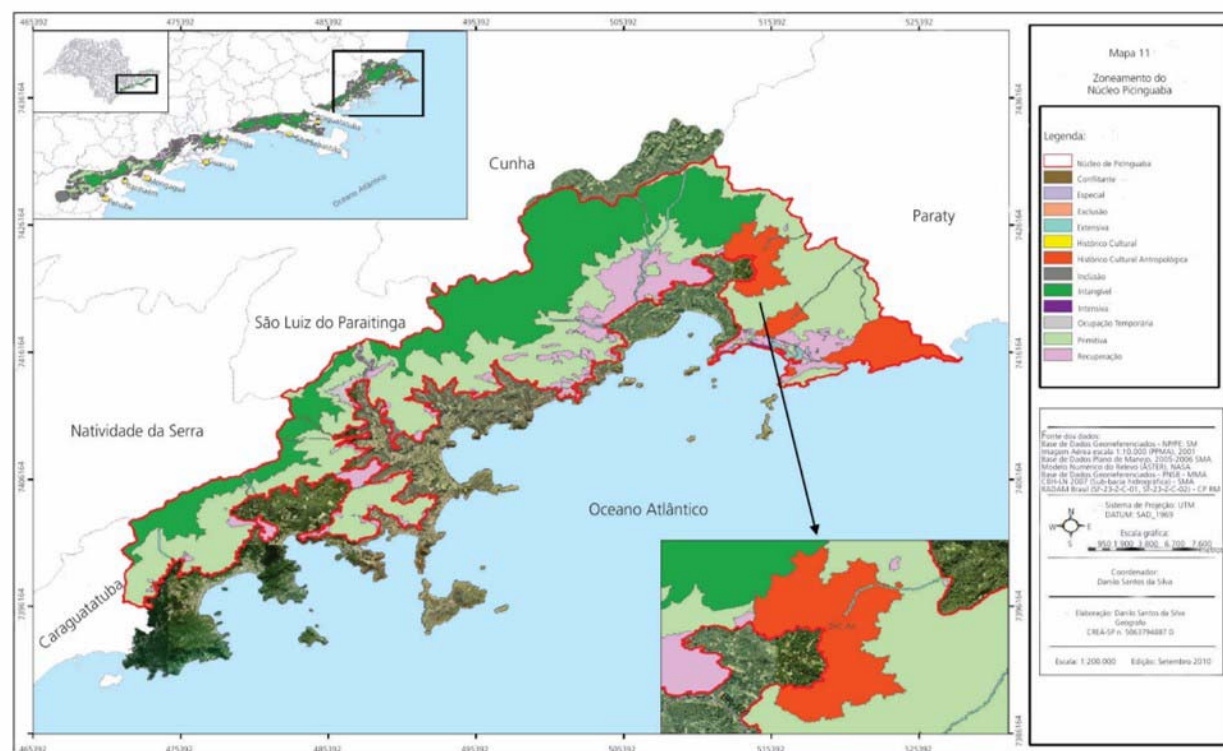


Figura 1. Zoneamento do Núcleo Pinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo (SP).
Fonte: Silva, (2010).

analisar o componente social das tarefas desempenhadas nas organizações sociais. O período total em campo desde a fase exploratória até a coleta final de dados foi de nove meses com viagens de uma semana a 20 dias de duração em cada mês.

Foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas de caráter quantitativo e qualitativo (Bernard, 2006) com os membros encarregados pelo cultivo e manejo e com os responsáveis pelas decisões a respeito dos locais de intervenção.

Por meio do método bola de neve foi possível chegar a um total de 23 pessoas com idade entre 28 e 83 anos entre homens e mulheres identificados pelos moradores do Sertão do Ubatumirim como os especialistas na comunidade em manejo e cultivo tradicional. Dividiram-se os participantes nas seguintes faixas etárias: até os 36 anos, por se tratar do período de instalação das Unidades de Conservação na região do Sertão do Ubatumirim; de 36 a 50 anos, compondo o grupo que acompanhou na juventude o surgimento das Unidades de Conservação; e o grupo dos mais velhos, que vivenciou o período sem Unidades de Conservação e pode manejar livremente plantas e paisagens.

Para esse estudo, obtiveram-se: 1) Parecer Substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (nº 265.786 de 22/04/2014); 2) Autorização SISBIO nº 38611-1; 3) Autorização COTEC (PESM/Instituto Florestal, nº 260108-003.443/2013); 4) Autorização IPHAN (nº 05 de 28/02/2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pathos

Marques (2001) destaca a importância da abordagem dos sentimentos que existem na relação do ser humano com o meio, pois essas emoções estão diretamente ligadas à forma de ser do indivíduo, a seus comportamentos e intervenções na natureza. Martins (2008) destaca a importância desse

aspecto ao abordar sentimentos de polveadores que atuam na pesca e conclui que tais emoções influenciam as decisões e o comportamento na prática rotineira desses trabalhadores.

Na relação da população caiçara com o meio, no que tange aos objetivos deste estudo, percebem-se sentimentos que foram captados durante as entrevistas. Levando em consideração que essa é apenas uma parte da complexa dimensão humana, existem aspectos e emoções não captados que, por algum motivo, podem não ter aparecido durante as entrevistas ou não terem sido percebidos pela entrevistadora.

- Ligados ao desconforto quando se toca em questões relativas ao manejo que criminalizam as atividades tradicionais e ameaçam a perda de território:

[...] a gente sempre tava ali cuidando... é sempre lugar bom, terra boa [...] esse negócio de parque é de uns tempos pra cá [...] aí eles chegaram ali e tomaram até roçadeira da gente [...] (M.R.)

A sensação de estar sob ameaça de perda do espaço com o qual a comunidade criou vínculo por séculos de ocupação somada à limitação das atividades de manejo criaram uma atmosfera de tensão quando o assunto "território e manejo" está em pauta. Esse sentimento é facilmente detectável na relação delicada que a população tem com as Unidades de Conservação. Em momentos em que o contato com os representantes das Unidades de Conservação era mais difícil em termos de diálogo entre as partes, as atividades de manejo, que foram reduzidas mas não interrompidas, eram escondidas a todo custo pelos agricultores. Roças e ferramentas eram abandonadas quando os agentes de fiscalização dos parques se aproximavam.

Maragon & Agudelo (2004) destacam a fragilidade das políticas públicas diante das contradições geradas quando o saber local é desconsiderado, principalmente nos casos de sobreposição do direito natural e cultural, com a inflexibilidade da legislação ambiental nessas áreas.

Ainda que tenham acontecido avanços no diálogo com as Unidades de Conservação, mais

propriamente com o PESM, a situação de desconforto não mudou tanto ao longo do tempo. A hostilidade e o questionamento sobre a imposição de leis restritivas para as quais a população não foi consultada e pouco ou nada participou da construção ainda pairam no ar.

- Orgulho pelos conhecimentos adquiridos como produto de experiências, sentimento de dignidade e satisfação por serem soberanos em seu sistema de conhecimentos:

[...] Sapê, samambaia eu acabo com eles em 3 meses sem colocar nada [...] qualquer mato ruim é só você arrancar 3 vezes na minguante seguida, aí mata [...] nem precisa de agrônomo pra me dizer [...] (M.M.).

[...] Se for um cara pesquisar passarinho comigo ele tá ferrado por que eu conheço muito [...] (M.M.).

- Frustração por sentirem seu conhecimento ser subestimado:

É isso que eu quero falar pra você: a escola torce o contrário pra nós. Por isso que eu falo que tinha que ter um incentivo do governo pra isso. Podiam levar as crianças pra fazer pesquisa em roça, visitar fulano e dizer "não é tanto como nós ensina na escola". A gente ensina de um jeito, aí vai a escola, eles torcem o contrário e as criança traz pra casa esse jeito aí. Aí eles falam: "Você não me colocou na escola pra aprender? Eu tô aprendendo!" Aí que força que a gente tem? (J.J.).

O conhecimento que as populações locais têm dos processos naturais permite sua interação com o meio, de forma que exista a sobrevivência de todo o ecossistema (incluindo o ser humano). Esse conhecimento, passado de geração para geração, é parte importante da identidade desses povos cuja linguagem, muitas vezes metafórica ou de expressões diversas, está arraigada na memória da população.

Explica-se assim o sentimento de apreço por se ter claro que o que se sabe tem sua razão de ser.

Pode-se compreender também o sentimento de indignação quando o sistema de conhecimento é invalidado de alguma forma: se o conhecimento é parte de sua identidade e os descendentes (filhos, netos) são levados a crer que exista outro sistema de conhecimento que se sobrepõe ao de suas raízes ancestrais, a identidade desse povo pode se fragilizar. Fragilizada, ela pode ser facilmente levada à decadência, ficando obsoleta e podendo ser extinta.

Conexão ser humano-ser humano

Territorialidade

A questão de território mostrou ser das mais delicadas dentre os aspectos que regulam o modo de vida da população tradicional de Ubatumirim. E não é por menos. A luta que enfrentam as populações tradicionais e indígenas em qualquer lugar é viva e revela o paradoxo de uma legislação que desconsidera os avanços pelo direito ao território e pelo uso de recursos por parte das comunidades, fatores fundamentais para perpetuação do modo de vida dessas populações. Estudos na região do Ubatumirim apontam para a importância em se considerarem as escalas de gestão do território, que passa por critérios da dinâmica do exercício de territorialidade revelados por dimensões espaciais e temporais (Futemma & Seixas, 2008).

Segundo Alencar (2004), as populações tradicionais usam uma referência de território que lhes é particular e que remete à constituição do grupo social que construiu esse território. Para se manterem no território, essas populações criam uma relação calcada em saberes ambientais, ideologias e identidade que inclui regime de propriedade, vínculo afetivo com o território, história de ocupação guardada na memória coletiva, uso social e formas de defesa desse território (Little, 2001).

Entre a população tradicional de Ubatumirim, os espaços são bem delimitados e o respeito pelo espaço do outro é um princípio para a convivência.

Logo, mesmo que não haja a posse de uma área de manejo lavrada por uma escritura ou documento semelhante que ateste a propriedade, o local não poderá ser utilizado por outra pessoa sem a permissão do "dono da área": " [...] *da estrada pra cá o bananal é meu, daqui pra lá é do Seu R.*" (C.M.).

As áreas de manejo estão distribuídas em todo o Sertão do Ubatumirim e a posse das áreas de uma família é reconhecida pelas outras pessoas da comunidade. Uma família pode ter uma única área de uso da terra, no entanto pode manejar e cultivar muitas outras pequenas áreas de posse de outras famílias, desde que se estabeleça um acordo entre as partes. Esses acordos são firmados verbalmente na maioria dos casos e, muitas vezes, trata-se de transações econômicas que não envolvem dinheiro: "[...] *ano passado a I.A. arrancou isso aqui de mandioca daqui... eu dei essa área pra eles fazerem de meia [...]*" (C.M.).

Nessas relações no uso do espaço, pode-se: (a) pagar pelo uso da terra com uma divisão no que for produzido na área; (b) servir como um favor que a pessoa que fará o cultivo presta para o proprietário, pois sua área está recebendo cuidados sem que ele precise pagar para sua terra não ficar ociosa, mantendo-a em produção. Foram observadas por Diegues (1996), entre outras populações caiçaras e pantaneiras, formas de apropriação de espaços e de recursos naturais entre populações semelhantes a essa, baseadas na "lei do respeito" e de uma rede de reciprocidades sociais. Todos esses casos podem ser caracterizados como uma ocupação coletiva do território com leis consuetudinárias em que predomina a gestão e o uso compartilhado de recursos naturais, obedecendo-se às regras de partilha regidas pela confiança.

A questão fundiária no Brasil atinge todas as populações tradicionais, indígenas e camponesas, indo muito além do tema redistribuição de terras, e tem como centro os processos de ocupação e afirmação territorial (Little, 2002). Ao tratar somente da temática "território", corre-se o risco de deixar escapar o cerne do que compõe as disputas pelo reconhecimento territorial de grupos culturalmente diferenciados.

Assim, torna-se necessário aprofundar a questão e tratá-la sob a ótica da territorialidade, definida por Little (2002, p.3) como "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ". Costa (2010) destaca a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim como espaço de constante disputa de poder onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso "terra" para fins de reprodução econômica e ainda como instrumento de imposição de terror dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados. De forma semelhante, Gil (2004, p.1) coloca que o território "inscreve-se num campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural, quase sempre refletindo a hegemonia de grupos privilegiados.

Há formas de proteção dos territórios nas quais a organização dos povos - sua territorialidade -, não se enquadra ao sistema de leis de território do Estado-nação brasileiro, gerando o que Fernandes (2008) chama de conflitualidade. Trata-se de um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, o que força um processo de disputa dos povos socioculturalmente atingidos.

Essa situação é sentida pela população tradicional de Ubatumirim com desconforto, desconfiança e repúdio ao que é externo à comunidade, que parece questionar sua luta pelo reconhecimento de seus direitos. A ocupação do território por décadas reforça o peso histórico das reivindicações pelo uso dos recursos e permanência territorial, o que revela a força da persistência cultural da população tradicional.

Risso (2014) coloca o processo de afirmação do espaço pelas comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso tanto como um gerador de conflito quanto como gerador de participatividade da população para a resolução dos problemas. Dentre as muitas abordagens de conflito (Vayrynen, 1991; MacGrath, 1997; Ferreira *et al.*, 2005), uma delas o coloca como fator inerente a qualquer sistema social, funcionando

como propulsores das mudanças (Ferreira, 2005) e, desse ponto, chama-se a atenção para a integralização como elemento que pode resultar desse processo.

Utilizando a ideia de tribalização de Hardin (1968), Marques (2001) afirma que conflitos internos na Comunidade de Marituba são superados por meio da "solidariedade de classe", fato similar ao que acontece no Sertão de Ubatumirim, onde a problemática que envolve questões de legislação ambiental torna a população um grupo uno, com uma luta em comum.

Buscando direitos de território e uso de recursos diante do Estado, a população caiçara do Sertão do Ubatumirim aliou-se a outras comunidades na luta pela conquista de tais direitos e, em 2007, criou-se o Fórum de Comunidades Tradicionais Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, que reúne populações de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP). O Fórum tem a finalidade de facilitar a comunicação em rede e fortalecer a organização política das comunidades. O envolvimento das populações com o Fórum teve início com discussões de problemas comuns, como território; especulação imobiliária; turismo de forma desordenada, que gera impactos ambientais e sociais; educação; cultura; pesca; agricultura; agroecologia e mercado solidário; entre outros.

Com pautas em comum, como a questão do território, comunidades dispersas pelo Brasil articulam-se em rede para assegurar direitos dentro do campo das políticas públicas territoriais e transformam uma luta local numa luta de caráter nacional (Little, 2002), que os torna socialmente visíveis.

Num contexto de resistência e ressignificação cultural desses povos, a reivindicação pelo território e pelo uso dos recursos dentro dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar foi afirmada e ganhou força com a criação da ZHCAn. Instituído o território das comunidades, a delimitação da ZHCAn objetiva dar apoio e incentivo da Unidade de Conservação à manutenção das comunidades quilombolas e caiçaras nos territórios historicamente ocupados. Previam-se ainda com o Plano de Manejo estudos e proposições

para que essas áreas passassem por uma recategorização na qual as áreas inseridas na ZHCAn pudessem ser enquadradas como Unidades de Conservação de uso sustentável desde que isso "não implique na secção da unidade, no comprometimento dos seus atributos paisagísticos e naturais nem no aumento da sua vulnerabilidade à especulação imobiliária crescente na região litorânea" com negociações e tomada de decisão compartilhadas com as comunidades tradicionais (Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 2006, p.278).

Em um dos objetivos da criação da ZHCAn (Instituto Florestal do Estado de São Paulo 2006, p. 277), cita-se: "Apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas a fim de evitar a perda da posse do seu território e consequente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica dessas culturas tradicionais e consequentemente dificultando a especulação imobiliária". Processos semelhantes de reafirmação sobre a concepção e a especificidade territorial ocorreram em localidades de Ubatuba e em outras onde residem populações tradicionais e indígenas no território brasileiro (Schmitt *et al.*, 2002; Darella, 2004; Luchiari & Isoldi, 2007; Oliveira & Maneschy, 2014) e revelam entraves na legitimação de direitos territoriais.

No ordenamento de uso e de ocupação do solo no Sertão do Ubatumirim, existe um choque entre os Planos de Manejo do PESHM e do PNSB. Nas áreas de proteção integral, é vedada qualquer atividade de exploração agrícola, e, nas áreas delimitadas pela ZHCAn, pode haver prática agrícola pelos caiçaras desde que seja previamente autorizada pelo órgão ambiental gestor do PESHM. No entanto, nas faixas onde há sobreposição das duas Unidades de Conservação, ainda pode haver impedimento por parte do PNSB visto que podem se tratar de áreas categorizadas como Zona Primitiva, como mostra o quadro a seguir (Quadro 1).

Levando em consideração que grande parte da produção agrícola em roças e bananais está em faixas altitudinais que atingem os limites de pelo menos um dos parques, o conflito no Sertão de

Ubatumirim está em campo territorial e ambiental. Tal fato suscitou diálogos com o PESM, fazendo surgirem propostas de: (a) redução dos limites do PESM; (b) recategorização da ZHCAn como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Não foi possível chegar a um acordo devido a entendimentos opostos entre as Unidades de Conservação e a comunidade. O quadro parece sofrer ainda pelo interesse de veranistas com residências dentro do bairro de Ubatumirim que, de acordo com o relato de gestores do PESM, atuam na oposição entre os caiçaras e a gestão da Unidade de Conservação num jogo de contrainformação (Simões, 2010; Abirached, 2011).

Se, por um lado, houve avanços na relação estado-comunidades tradicionais/indígenas dados por conquistas provenientes da resistência em permanecer, de outro lado, a pressão pelo desmonte de leis que garantem esses direitos é notória e traz consequências. Exemplo disso são os projetos de construção de condomínios em áreas espalhadas ao longo do litoral de Ubatuba. Vê-se uma frente de desmonte encabeçada pelo setor imobiliário, cuja força está quase que oculta aos olhos distraídos, mas facilmente percebida nas inúmeras tentativas de fragilizar a legislação de proteção à sociobiodiversidade, negando avanços e incitando mais conflitos entre comunidades tradicionais e parques com o objetivo de regularizar desmatamentos e desocupar as áreas litorâneas habitadas por essas populações e protegidas também por leis ambientais.

Assim como estão as comunidades tradicionais de outras localidades, como da Amazônia, em que a inocuidade de políticas de proteção (Little, 2002) e a ofensiva por recursos básicos desencadeiam conflitos, a territorialidade dos caiçaras do Sertão de Ubatumirim e das comunidades quilombolas e indígenas da região de Ubatuba é um quadro com muitas contradições, ainda em disputa, e que revela a necessidade de mais estudos.

Sociabilidade-relações pessoais e comercialização

[...] Esse aqui eu não sabia o que era... trouxe a semente por que me deram e disseram que era fruta, aí eu plantei aqui pra ver no que dava [...] depois descobri que era cupuaçu [...] (M.C.).

As relações interpessoais dentro da comunidade, ou seja, dentro da mesma unidade cultural, e entre esta e o exterior podem influenciar o modo de agir de um indivíduo. A população interage continuamente com todos os elementos que compõem o meio, inclusive com pessoas de fora da comunidade. Essa interação provoca reações que irão agir diretamente na forma de manejar as espécies alimentares.

Um exemplo da sociabilidade dos agricultores caiçaras do Sertão do Ubatumirim são as atividades realizadas junto a técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CATI), onde novas

Plano de Manejo PNSB Zona Primitiva	Plano de Manejo do PESM ZHCAn
<ul style="list-style-type: none"> - preservação do ambiente natural. <p>Principais conflitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - população esparsa; - pequenos desmatamentos para a implantação de pastagens e agricultura de sobrevivência; - pressão turística. 	<ul style="list-style-type: none"> - conservação da paisagem natural e cultural da região ocupada por comunidades tradicionais; - satisfação das necessidades materiais, culturais e sociais; - proposição e implementação de microzoneamentos

Quadro 1: Zonas/ instrumentos sobrepostos nos Planos de Manejo do PNSB e PESM, Sertão do Ubatumirim (ABIRACHED, 2011)

formas de cultivo são apresentadas. As atividades estão voltadas principalmente à capacitação para o manejo sustentável de juçara e cambuci. Essas atividades se desenvolvem tendo a agroecologia como princípio norteador, dessa forma, o trabalho se expande a todos os elementos dos sistemas de manejo - do planejamento ao escoamento de produção, incluindo os processos de organização de grupo e empoderamento da população na gestão. As atividades dos técnicos das duas instituições envolvem, algumas vezes, orientação técnica com apresentação de práticas e uso de espécies novas para os agricultores.

Ao tratar do componente cultivo de novas espécies dentro do manejo, a resposta tem sido de aceitação, diferentemente do que acontece quando as sugestões de mudança são em aspectos do manejo no qual o conhecimento foi solidificado como certeza absoluta do funcionamento de determinada prática: para este, existe resistência.

Numa época compramo calcáreo, disseram que era bom e tal, botei lá dentro do pomar, não achei bom aquilo, não. Não sei se eu que não soube trabalhar, piorou as laranjeira. Aí joguei tudo fora (D.E.).

O rapaz lá disse pra eu colocar um adubo nas minhas mudas de cambuci, coloquei e vem ver o jeito que ficou... ele não sabe como faz as mudas aqui, eu conheço a terra, faço sempre, eu vou fazer do meu jeito! (J.V.).

Ao atribuir um uso a determinada espécie de planta, as experimentações começam a surgir em diferentes partes nos núcleos familiares. Dessa forma, a introdução de novas espécies ocorre no ambiente e o intercâmbio de conhecimentos gera mais conhecimento, seja pelo reavivamento do que estava esquecido dentro do grupo, transmitido de gerações anteriores, seja pela descoberta.

A feira livre do município, por exemplo, é um espaço importante para o fortalecimento das interações sociais e atua como difusor da cultura local. Segundo Sato (2007), as feiras de agricultores funcionam como palcos paulatinamente criados em espaços que dão substrato para os afazeres e

socializações que ali têm lugar. Assim, a feira é um espaço que necessita de constante interação entre as pessoas para que seja o que é. Barros (2009) atribui à feira de Abaetetuba, no estado do Pará, a categoria de espaço amplo no qual acontecem debates, reflexões e discussões.

A preparação para a feira aos sábados, da qual os agricultores caiçaras de Ubatumirim participam, acontece toda semana com a colheita e extração de espécies alimentares e preparo da farinha de mandioca nos núcleos familiares. Cada família percorre suas áreas de manejo, recolhendo o que pode ser comercializado, juntando tudo o que foi produzido e armazenando em caixotes para serem transportados por um caminhão cedido pela prefeitura do município de Ubatuba.

A maioria das barracas dos caiçaras do Sertão do Ubatumirim fica numa mesma área do galpão onde acontece a feira. Cada família tem sua barraca e oferece seus produtos. Apresentam-se ali as espécies de plantas hortícolas já conhecidas pelo público da feira e outras bem menos conhecidas. Além das plantas *in natura*, os agricultores incrementam a oferta de produtos processando algumas espécies para venda de polpa (como de juçara, cambuci, goiaba, carambola, entre outras) e de geleias (amora e jabuticaba).

Ao apresentar sua produção ao município, os agricultores interagem com a população urbana numa troca em que ambos assimilam e trocam hábitos alimentares. Esses novos hábitos são incorporados ao cotidiano dos consumidores que se abrem para provar alimentos até então desconhecidos e para os agricultores que passam a experimentar o cultivo de espécies "novas". Criam-se, então, laços entre consumidor e agricultor, e a feira funciona como ponto de encontro para as trocas e discussões sobre alimentação.

"[...] Uma mulher na feira perguntou se eu conhecia o cará-coco, disse que era uma delícia e pediu pra eu levar na feira pra ela. Meus pais sempre falava que dava pra comer [...] lá em cima os catete comeram tudo..." (R.M.).

A comercialização foi um importante catalisador de processo grupal na reestruturação da organização social dos moradores tradicionais. É feita na feira livre de Ubatuba, em algumas casas dos moradores, em quiosques nas praias e para atravessadores em barracas à beira das estradas e outros que repassam para os municípios vizinhos.

Apesar de baseada na pequena produção mercantil (Diegues, 1983), a economia caiçara está também inserida na economia capitalista. Begossi (1996) destaca o exemplo da Ilha de Búzios: compradores e atravessadores, figuras presentes no capitalismo, interagem com o sistema de comercialização (com características de inserção do parentesco) da população caiçara. Como forma de adaptabilidade, as populações caiçaras estão continuamente modificando suas estratégias e comportamento econômico (Begossi *et al.*, 1993).

O mercado está de tal modo imbricado na vida social dessas populações que ambos não podem ser dissociados, postos como esferas autônomas. Influenciam-se mutuamente: a sociedade pressiona o mercado e este, por sua vez, influencia a vida social (Abramovay, 2006).

A Associação de Bananicultores de Ubatumirim (ABU), criada há mais de 20 anos e fora de funcionamento há alguns anos, pode ser reativada em decorrência da necessidade de uma representação jurídica para contratos com o Estado. Daí se dá a importância de políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor (familiar, tradicional e indígena) que incentivem e fortaleçam tais seguimentos da agricultura, contribuindo para a reprodução social desses grupos. O Programa da Merenda Escolar do Governo Federal, por exemplo, vem suscitando a vontade de formação/reorganização de grupos de agricultores como os de Ubatumirim. Ao conceder incentivos para o escoamento dos produtos desses grupos, também age diretamente em questões como a pobreza rural e migração campo-cidade.

No entanto, é importante ressaltar que as políticas e os programas de apoio à agricultura familiar precisam ser pensados no âmbito do

desenvolvimento local, considerando-se aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais (Carneiro, 1997).

Carneiro (1997, p.82) alerta ainda que:

[...] combinar "modernidade" e "tradição" significa ampliar o raio de ação das políticas intervencionistas de modo a assimilar práticas próprias da sociabilidade local, contribuindo, assim, para o enraizamento "sustentável" da população rural e a formulação de soluções específicas para cada situação em que se encontram as diferentes formas de agricultura familiar.

A reestruturação da ABU e as demandas constantes por produtos diversos também vêm incentivando o grupo a diversificar seus cultivos.

O café, o cará agora que tamo plantando, eu plantei bastante [...] tava bom de vender, os antigos gosta de comprar [...] a Merenda vai comprar também [...] chuchu a gente tá plantando muito [...] a Merenda que melhorou por que o pessoal tava desanimado de plantar [...] com essa Associação de Bananicultores o pessoal tá animado. Você viu que tinha bastante gente lá na reunião? Foi até tranquilo, né? Vamo conseguir um trator pra puxar a banana [...] a Associação tava parada [...] (M.R.).

Envolvidos com a economia capitalista moderna, essas populações recebem influência dos elementos que compõem essa economia, dando sua contribuição na regulação da dinâmica dos cultivos.

[...] *É tudo diferente, brota diferente, né? Muito já se acabou [...] o povo se envolveram com a amarelinha [mandioca] e não se envolveu com a outra [...] a outra é branca e a amarelinha é amarelinha [...] o povo que compra [na feira] que prefere mais dela [...]*" (R.M.).

Se, por um lado, a comercialização incentiva o cultivo de algumas espécies, por outro, a preferência por elas também pode deixar outras espécies e variedades em desvantagem, o que leva

a uma redução na oferta e disponibilidade destas últimas nos cultivos e revela também uma contradição na estrutura de conservação ocasionada por elementos sociais, como a preferência de consumo por determinadas espécies. Aos poucos, menos áreas terão determinadas espécies/variedades, o que pode comprometer a perpetuação do cultivo dessas plantas.

Conexão ser humano-animal

A fauna está constantemente presente no cotidiano dos moradores do Ubatumirim, interagindo dentro do mesmo sistema ecológico no qual estão inseridos os caiçaras. As relações dentro dessa conexão parecem ser ambíguas e contraditórias. Entre os pescadores da Várzea da Marituba, Marques (2001) define essas relações da mesma forma. A fauna pode ser tanto fonte de recurso (caça, passarinho) quanto competidor com o que é cultivado pelo ser humano e ainda pode haver preocupação no sentido de que haja alimento disponível para outros animais, sugerindo uma compreensão em termos de relações bióticas entre indivíduos de espécies diferentes. Pode haver uma fusão entre as relações dentro dessa conexão: os animais que, em simbiose, são "alimentados" pelos seres humanos também podem ser os mesmos alvos da caça e ainda competir pelo mesmo recurso com os agricultores.

Portanto, a interpenetração de relações cria um sistema dinâmico de interação no qual há direcionamento por meio de manipulação humana. Essas relações se dão, então, por predação, competição e simbiose.

(a) Predação: o acesso facilitado a mercados e açougues na cidade somado à compra de peixes de pescadores da região faz com que o consumo de carnes seja a partir da compra. No entanto, em casos de falta de proteína na alimentação ou apenas para manter o costume de herança indígena, a caça pode ser eventualmente praticada e envolve animais como cotias, macacos e pássaros. Utilizam-se instrumentos de caça rústicos e armadilhas com espécies de frutíferas como banana, mamão e morango.

Quando é passarinho fala "passarinhar". Matar passarinho eu não mato mas se já tiver morto, preparado, eu como. Matam com estilingue, bodoque, arco e flecha, laço de pé, esparrela [...]. a esparrela é uma madeira arcada, usada para pegar passarinho de pé redondo como periquito, que cruza o pé e a mão pra comer... laço de pé pega ele pelo pé, faz uma forquilha, trança no meio uma varinha e amarra, põe no meio a comida pra ele comer [...] para pegar o passarinho pelo pé (A.M.).

Populações locais e indígenas capturam animais com diferentes finalidades: alimentação, medicinal, artesanal e mágica (Smith, 1977; Begossi *et al.*, 1999; Lima, 2008; Pereira & Schiavetti, 2010). A caça intensa pode ser negativa tanto para a densidade populacional da fauna quanto para o equilíbrio dos ecossistemas, porém uma das principais ameaças às comunidades de vertebrados de médio e grande porte na Mata Atlântica não está propriamente na caça, e sim na destruição dos ambientes naturais que causa fragmentação da paisagem (Nobre, 2007).

No Sertão do Ubatumirim, a caça, assim como a pesca nos rios, era realizada em tempos mais remotos na comunidade. Hoje a caça quase não mais ocorre e, quando ocorre, é feita por poucas pessoas muito esporadicamente. A pesca no mar era realizada pelos moradores da praia. Em algumas famílias do Sertão, havia um ou outro membro que deixava a agricultura para trabalhar em pesqueiros de Ubatuba enquanto os moradores prioritariamente agricultores do Sertão costumavam pescar nos rios, apesar de a obtenção maior de peixe ser proveniente dos pescadores da praia. Os peixes da praia eram comprados dos pescadores ou era trocada farinha pelo pescado. "[...] Sábado era dia de procurar mistura, quando não era pra caçar, ia pra praia comprar peixe [...]" (M.A.).

(b) Competição: nos cultivos em bananais, roças e nos quintais, existe o relato de ataques de alguns animais da floresta como cotias, macacos, ratos, gambás, pacas, quatis, cabra, cachorro do mato

e lagartos para se alimentarem. Porém, esse fato não se torna uma preocupação para os agricultores, pois há uma grande disponibilidade de alimento para esses animais que passam pelas áreas de cultivo, percebidos pelas pegadas deixadas na terra. Eles comem plantas cultivadas pelos agricultores ou frutos de espécies extraídas e deixam o lugar sem prejuízo para os moradores. “*Olha lá, tá vendo essas pegada? A cotia passou por aqui [pelo bananal]*” (R.M.).

(c) Mutualismo: alguns insetos ou pássaros que poderiam representar relação de competição pela concorrência ao que é cultivado passam a ter com os seres humanos relação mutuamente vantajosa para ambas as partes. A troca se baseia no princípio de que algumas espécies da fauna não atacarão o cultivo ao serem alimentadas pelo ser humano. Isso acontece com espécies de formigas cortadeiras e pássaros e em “troca” as formigas não atacam o cultivo da roça.

Tem muita fruta pra passarinho [...] tem boleiro [...] jacatiá [...] tamanqueiro, quando ele fica vermelhinho, ele carrega de passarinho [...] tem também a canela-amarela [...] louro [...] ingá-feijão, maria-mole [...] essa canela-amarela é a que mais tem aqui na capoeira, o pessoal usa muito pra fazer tauba pra porta [...] pra canoa é a canela sebosa [...] aqui tem bastante palmito [...] sabugueiro [...] é agora pra frente [a partir de julho], eles já sabem que a comida deles tá aí [...] (M.M.S.).

[...] Os passarinho às vez come, nós deixa eles comer [...] tão com fome [...] é bonito, né? (M.R.).

Outra relação está na reserva deixada pelos agricultores de frutos para servir de alimento para os pássaros. Assim, eles não atacavam a plantação de milho e ainda serviam de dispersores de sementes de plantas úteis aos agricultores, segundo os entrevistados.

Conexão ser humano-sobrenatural

A unicidade estabelecida entre ser humano e natureza por meio do simbolismo mítico muito

presente em sociedades indígenas é evidente quando o tempo para as atividade de plantio, caça e pesca é marcado com o aparecimento de constelações ou por proibições e interdições de mitos como o da Mãe d’água, da Caipora, do Saci entre outros. Em culturas como a dos caiçaras ou dos ribeirinhos, pode aparecer de forma menos clara, porém isso não diminui sua importância (Diegues, 1988). São culturas decorrentes de sincretismo religioso, têm a presença forte de elementos cristãos que dão sua contribuição para fundamentar ou desintegrar o pensamento simbólico e mítico da herança de culturas ancestrais, como dos indígenas e negros.

A proteção ideológica aos elementos naturais, como florestas e animais, por meio de mitos e lendas salvaguardam princípios morais e fornecem regras de interação entre os seres humanos e o meio natural (Eliade, 2004; Farias *et al.*, 2010).

Não foi encontrada nesse estudo a vinculação de seres encantados influenciando a atividade de manejo das espécies alimentares. No entanto, o sistema de crenças da comunidade existe, ainda que fragilizado.

É atribuída à figura do Deus cristão todo o sucesso ou insucesso do que ocorre na vida dos moradores. Se uma colheita foi boa então “*Deus permitiu!*”. Se algo não saiu como o previsto ou desejado, procura-se a explicação na “[...] *vontade de Deus [...]* *Ele quis assim [...]*”.

No entanto, algumas crenças não ligadas ao componente dessa conexão com presença de seres míticos, mas, ainda assim, pertencentes ao imaginário, permeiam a vida da população e estão diretamente ligadas ao sistema de manejo de espécies de plantas. Segundo Fraxe (2004), a identidade de caboclos-ribeirinhos amazônicos guarda relação com o registro de determinadas matrizes de pensamento e de comportamento secularmente registradas na memória social e que procuram ter durabilidade e resistência no tempo.

Em relação à mandioca, acredita-se que nem todas as pessoas estejam aptas para o trabalho de plantio, pois é necessário que se tenha “mão boa” para isso. Esse seria um dos fatores determinantes

para uma boa colheita de mandioca, sendo tão importante quanto o plantio na lua correta e as práticas de manejo rotineiras para a roça.

Assim como as mãos, também se acredita que os olhos podem influenciar no desenvolvimento de espécies de plantas. Isso não foi recorrente entre todos os entrevistados, mas apareceu em duas entrevistas em que se relataram casos de pessoas que acreditam que a troca de orquídeas desfavorece a planta. No entanto, ao mesmo tempo em que se fala sobre a crença também se põe em dúvida sua "veracidade". "[...] *Mas isso é coisa de gente antiga [...] eu acho que não tem nada a ver [...]*" (R.M.).

Essa troca desfavoreceria o desenvolvimento da planta, podendo levar à morte: cada indivíduo deveria cultivar sua própria planta. No caso de alguém não ter alguma variedade, essa pessoa precisa procurar sozinha pela planta que deseja cultivar e quem já tem deve guardá-la para si.

Alguns dos moradores mais antigos creem haver problema na frutificação de algumas espécies de frutíferas, como jaca e jabuticaba, quando uma mulher sobe na planta no primeiro ano de colheita. A ela é atribuída a responsabilidade pelos danos decorrentes da vida da planta. Ao ver uma planta com frutos rachados, acusam: "*Tá vendo, deixaram mulher subir!*" (M.M.).

Os moradores mais antigos que viveram na praia também acreditavam (ainda existem os que creem) que as mulheres também não podem tocar em espingarda e nem passar por cima de rede de pesca em determinados períodos, pois nem a rede pescaria peixe algum e nem a espingarda mataria qualquer animal de caça. Dizia-se que "esfistulou". Para se livrar do azar, o caiçara deveria moer pimenta, fumo e sal e deixar dentro da arma em salmoura de um dia para outro. Assim, estaria tudo resolvido.

Não eram, entretanto, apenas as mulheres que podiam representar má sorte. Se algum urubu fosse morto com espingarda, a única solução seria se livrar da espingarda. Nesse caso, nem a salmoura salvaria a arma.

Os agricultores caiçaras construíram seu modo de vida conectado à agricultura, ao extrativismo, à pesca e à caça, vivendo em função desses recursos. Dessa relação, seu imaginário se construiu e se modificou ao longo do tempo. Pela grande influência de religiões cristãs, principalmente com o avanço de correntes protestantes, o sistema de crenças dos agricultores caiçaras parece ter sofrido perdas e ter sido levado à incredulidade, o que pode levar tal sistema a ser posto em dúvida e cair em desuso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que com um vasto campo a ser explorado, principalmente no que tange às questões de territorialidade, as bases conexivas apresentadas aqui mostraram que o sistema de conhecimentos, crenças e sentimentos que faz parte da construção cultural dos agricultores caiçaras influencia o manejo das espécies alimentares e das paisagens, afetando diretamente a conservação de espécies de plantas e paisagens.

A preocupação com a conservação de solos, plantas e da paisagem por parte dos caiçaras do Sertão do Ubatumirim tem suas razões na sobrevivência desse grupo social, longe de ter o caráter altruísta ou romântico preconizado por defensores do "mito do bom selvagem".

Além disso, a população caiçara do Sertão do Ubatumirim apresenta grande resistência em manter o modo de cultivo e extração de espécies alimentares em suas paisagens ainda que as mudanças culturais, por sua forma dinâmica, pressionem no sentido de que substituições sejam feitas na maneira de manejar esses espaços. Essas mudanças parecem ter origem na questão de disputa pelo território, afetando diretamente as técnicas de manejo que irão refletir diretamente em aspectos do modo de vida, como a dedicação a trabalhos não ligados à terra (pedreiros, cozinheiras e diaristas) que afastam esse grupo caiçara do que sempre foi essencialmente seu: ser agricultor.

Assim, este trabalho buscou trazer contribuições em pontos importantes acerca da população

estudada, destacando aspectos que circundam o manejo de espécies hortícolas alimentares realizado pela comunidade caiçara do sertão de forma a contribuir com o avanço dessa temática na localidade. Alguns desses aspectos que permeiam o manejo, como a questão da territorialidade, mostraram a necessidade de estudos minuciosos e aprofundados que merecem a atenção de cientistas e gestores já que produzem respostas tanto na esfera do manejo de espécies e paisagens quanto na do planejamento e gestão de Unidade de Conservação, uso da terra e zoneamento ecológico econômico.

REFERÊNCIAS

- Abirached, C.F.A. (2011). *Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty*. Dissertação em Desenvolvimento Sustentável (Política e Gestão Ambiental), Universidade de Brasília, Brasília.
- Abramovay, R. (2006). O mercado na sociedade e a sociedade no mercado. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 nov. 2006, p.12.
- Alencar, E.F. (2004). Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). *Boletim Rede Amazônia*, 3(1):67-75.
- Barros, F.B. (2009). Socialidade, cultura e biodiversidade na beira de Abaetetuba no Pará. *Ciências Sociais Unisinos*, 45(2):152-61.
- Begossi, A. (1996). The fishers and buyers from Buzios Island: Kin ties and models of production. *Ciência e Cultura*, 48(3):142-7.
- Begossi, A.; Leitão-Filho, H.F. & Richerson, P.J. (1993). Plants uses in the Brazilian Coastal fishing community (Búzios Island). *Journal of Ethnobiology*, 13(2):233-56.
- Begossi, A.; Silvano, R.A.M.; Amaral, B.D. & Oyakawa, O.T. (1999). Use of fish and game by inhabitants of Extractive Reserve Alto Juruá, Acre, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, 1:73.
- Berkes, F. (1999). *Sacred ecology: Traditional ecological knowledge and resource management*. London: Taylor & Francis.
- Berkes, F. & Folke, C. (1998). Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: Berkes, F. & Folke, C. *Linking social and ecological systems. Management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bernard, H.R. (2006). *Research methods in cultural anthropology* (4th ed.). Oxford: Altamira Press.
- Carneiro, M.J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8:70-82.
- Conklin, H. (1954). Section of anthropology: An ethnoecological approach to shifting agriculture. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 17(2):133-42.
- Costa, P.C.P. (2011). *Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói/Rio de Janeiro*. Tese em Ambiente e Sociedade (Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Costa, R.H. (2010). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade* (5^a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Darella, M.D.P. (2004). Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. *Tellus*, 4(6):79-110.
- Diegues, A.C. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Rio de Janeiro: Ática.
- Diegues, A.C. (1988). *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo: Nupaub-USP. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 5).
- Diegues, A.C. (1996). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Vieira, P.F. & Weber, J. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez. p.407-32.
- Eliade, M. (2004). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- Emperaire, L. & Peroni, N. (2007). Traditional management of agrobiodiversity in Brazil: A case study of manioc. *Human Ecology*, 35(9):761-8.
- Farias, G.B.; ALVES, A.G.C. & Marques, J.G.W. (2010). Mythological relations between the "Lavandeira" Birds *Fluvicola nengeta* and *Motacilla alba* in Northeast Brazil and Northwest Spain: Possible cultural implications for conservation. *Journal of Ethnobiology*, 30(2):240-51.
- Fernandes, B.M. (2008). Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, A.M. (Ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp. p.1-57.
- Ferreira, L.C. (2005) Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. *Política & Sociedade*, 4(7):105-18.
- Ferreira, L.C.; Ferreira, L.C. & Joly, C.A. (2005). *Uma dentre várias interdisciplinaridades: a proposta do Doutorado em Ambiente & Sociedade na Unicamp*. Disponível em: <<http://www.nepam.unicamp.br/np/uma-dentre-varias-interdisciplinaridades-a-proposta-do-doutorado-em-ambiente-sociedade-na-unicamp/>>. (acesso: 5 out. 2016).
- Fraxe, T.J.P. (2004). *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume.

- Futema, C.R.T. & Seixas, C.S. (2008). Há territorialidade na pesca artesanal da Baía de Ubatumirim (Ubatuba, SP)? Questões intra, inter e extra-comunitárias. *Biotemas*, 21(1):125-38.
- Gil, I.C. (2004). Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. *Revista NERA*, 7(4):5-19.
- Hardim, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162(3859):1243-8.
- Heckler, S. (2009). TEK and change. In: Heckler, S. (Edit.), *Landscape, process and power: Re-evaluating tradicional environmental knowledge*. New York: Berghahn Books. p.1-18.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2014). Plano de manejo e monitorias. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html>>. (acesso: 12 jun. 2014).
- Instituto Florestal do Estado de São Paulo. (2006). *Plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar*. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/Plano_de_Manejo_Pe_Serra_do_Mar.pdf>. (acesso: 10 ago. 2012).
- Lima, E.C. (2008). Cobras, xamãs e caçadores entre os Katukina (pano). *Tellus*, 8(15):35-57.
- Little, P.E. (2001). *Amazonia: Territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Little, P.E. (2002). Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, 2(3):33-52.
- Luchiar, M.T.D.P. & Isoldi, I.A. (2007). Identidade territorial quilombola: uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP). *Terra Livre*, 2(29):163-80.
- MacGrath, D. (1997) Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: Ximenes, T. *Perspectivas do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA.
- Maragon, M. & Agudelo, L.P.P. (2004). Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. São Paulo: ANPPAS. p.1-17.
- Marques, J.G.W. (2001). *Pescando pescadores. Ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. São Paulo: Nupaub.
- Martins, V.S. (2008). *Uma abordagem etnológica abrangente da pesca de polvo (Octopus spp.) na Comunidade de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália, Bahia)*. Dissertação (Sistemas Aquáticos Tropicais), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.
- Myers, N.; Mittermeier, R.S.; Fonseca, G.A.B. & Kent, J. (2000). Biodiversity hotspot for conservation priorities. *Nature*, 403:853-8.
- Nobre, R.A. (2007). *Modelos de sustentabilidade de caça de subsistência na Serra do Mar Mata Atlântica*. Dissertação (Ecologia Aplicada). Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- Oliveira, M.V. & Manesch, M.C.A. (2014). Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 9(1):129-43.
- Pereira, J.P.R. & Schiavetti, A. (2010). Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas "Tupinambá de Olivença" (Bahia). *Biota Neotropica*, 10(1):175-83.
- Risso, L.C. (2014). Unidades de conservação e comunidades: espaços de participação e conflitos territoriais. *VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*, 2014, São Paulo.
- Sambatti, J.B.M.; Martins, P.S. & Ando, A. (2001). Folk taxonomy and evolutionary dynamics of cassava: A case study in Ubatuba, Brazil. *Economic Botany*, 55(1):93-105.
- Sato, L. (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia e Sociedade*, 19(1):95-102.
- Silva, D.S. (2010). *Uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Proteção Integral: O caso do sertão do Ubatumirim, Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar*. Monografia em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- Silva, S.R. (2005). Populações tradicionais camponesas, um estudo de território, identidade, problemas ambientais e fundiários. O caso de Camburi-Ubatuba-SP. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, São Paulo.
- Simões, E. (2010). *O dilema das decisões sobre populações humanas em parques: jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba*. Tese (Ambiente e Sociedade), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Smith, N.J. (1977). Human exploitation of terra firme in Amazonia. *Ciência e Cultura*, 30(1):17-23.
- Schmitt, A.; Turatti, M.C.M. & Carvalho, M.C.P. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 5(10):1-6.
- Souto, F.J.B. & Marques, J.G.W. (2006). "O siri labuta muito!" Uma abordagem etnoecológica abrangente da pesca de um conjunto de crustáceos no manguezal de Açupe, Santo Amaro, Bahia, Brasil. *Sitientibus*, 6(n. esp.):106-9.

Toledo, V.M. (2002). Ethnoecology: A conceptual framework for the study of indigenous knowledge on nature. In: Stepp, J.R.; Wyhdham, F.S. & Zarger, R.K. (Ed.). *Ethonobiology and biocultural diversity: Proceedings of the 7th International Congress of Ethnobiology*. Athens: University of Georgia Press.

Toledo, V.M. & Barrera-Bassols, N. (2010). A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In: Silva, V.A.; Almeida, A.L.S. & Albuquerque, U.P. (Org.). *Etnobiologia e etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina*. Recife: Nupeea.

Vayrynen, R. (1991). *New directions in conflict theory: Conflict resolution and conflict transformation*. London: Newbury Park Sage.

Zimmerer, K.S. (2007). Agriculture, livelihoods, and globalization: The analysis of new trajectories (and avoidance of just-so stories) of human-environment change and conservation. *Agriculture and Human Values*, 24(1):9-16.

Recebido: julho 1, 2015

Versão final: outubro 10, 2016

Aprovado: novembro 7, 2016

ERRATA

Na página 4, **Onde se lia:**

“**Figura 1.** Zoneamento do Núcleo Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo (SP).
Fonte: Instituto Florestal do Estado de São Paulo (2006).”

Leia-se:

“**Figura 1.** Zoneamento do Núcleo Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo (SP).
Fonte: Silva (2010).”

Referência incluída na página 16

Silva, D.S. (2010). *Uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Proteção Integral: O caso do sertão do Ubatumirim, Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar*. Monografia em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

